

E agora,

Senado?

Proposta que põe fim à escala 6x1 mobiliza trabalhadores e amplia pressão sobre o Senado

Páginas 6 e 7

Parlamentares da oposição articulam PEC para enfraquecer mecanismos de proteção da classe trabalhadora.

AGENDA POLÍTICA

ADUFG-SINDICATO RECEBE FÓRUM DE ECONOMIA CRIATIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Página 5

PROIFES

CONFIRA A COBERTURA DO VII ENCONTRO DO GT NACIONAL DE APOSENTADOS

Página 10

TRAJETÓRIA

SOBREVIVENTE DA DITADURA, PROFESSOR HORIESTE GOMES CONTA SUA EXPERIÊNCIA E LIÇÕES DE VIDA

Página 12



Adufg-Sindicato em tempo real

Aponte a câmera do seu celular e se conecte conosco. Política, cultura, agenda de atividades e muito mais. Siga-nos



Mais tempo para viver

O debate sobre o fim da escala 6x1 está entre as mais importantes discussões sociais e trabalhistas da atualidade. Não se trata apenas de uma mudança na organização das jornadas de trabalho, mas de uma reflexão mais ampla sobre qualidade de vida, saúde, convivência familiar e dignidade humana. Ao longo da história, toda ampliação de direitos trabalhistas enfrentou resistência. Foi assim com a redução da jornada, com as férias remuneradas, com o 13º salário e com tantas outras conquistas que hoje são consideradas fundamentais para a sociedade brasileira.

Nesta edição, o Jornal do(a) Professor(a) dedica sua reportagem principal a uma pauta que mobiliza milhões de trabalhadores(as) em todo o País e que agora chega a uma etapa decisiva no Senado Federal. A proposta de superação da escala 6x1 representa um avanço civilizatório ao reconhecer que o trabalho não pode ocupar todo o espaço da vida. Trabalhadores(as) precisam de tempo para descansar, conviver com suas famílias, cuidar da saúde, estudar, participar da vida

comunitária e exercer plenamente sua cidadania.

A defesa dessa pauta também dialoga com valores historicamente defendidos pelo movimento sindical: a valorização do trabalho, a promoção do bem-estar social e a busca por condições mais humanas para aqueles que movem a economia e produzem as riquezas do país. Por isso, o Adufg-Sindicato soma sua voz às entidades e organizações que defendem o avanço desse debate e a construção de relações de trabalho mais justas.

Esta edição também traz notícias da UFG, da UFJ e da UFCAT, além da cobertura do Encontro Nacional do GT dos Aposentados do PROIFES-Federação e das ações do projeto Adufg Perto de Você.

Ao abordar temas como trabalho, aposentadoria, educação e universidade pública, reafirmamos nosso compromisso com a defesa dos direitos sociais e da valorização das pessoas.

Boa Leitura!

Geovana Reis

Presidenta do Adufg-Sindicato

Jornal do(a) Professor(a)

21ª DIRETORIA EXECUTIVA SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

Geovana Reis
Diretora Presidenta

Humberto Carlos Ruggeri Júnior
1ª Vice-presidente

Luciana Elias
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Marilda Schuvartz
Diretora secretária

Glaucia Carielo
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Cristiano Farias
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educativos e de Carreira

Flávio Silva
Diretor Financeiro

Tertius Lima da Fonseca
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Denise Paiva
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Alessandra Gomes de Castro
Diretora de Relações
Interinstitucionais

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XIV – Nº 94
JUNHO DE 2026

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz (DRT 4573/GO)
Editor responsável

Kássia Xavier
Reportagem

João Pedro Santos
Reportagem

Nilma Ayumi
Fotografia

Raphael Dourado
Diagramação

Data de fechamento: 12/06/2026

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica SETE

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -

Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

www.adufg.org.br

Prestação de contas

DEZEMBRO DE 2025

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiações - Mensalidades	838.307,56
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	11.464,04
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	0,00
1.4	Receitas Financeiras	52.094,62
1.5	Outras Receitas	5.219,30
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		907.085,52

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	172.321,45
2.1.2	Encargos Sociais	153.346,35
2.1.3	Seguro de Vida	1.179,66
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	20.420,62
2.1.5	Ginástica Laboral	758,54
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	71.975,11
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	4.400,43
Total R\$		424.402,16

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	3.493,37
2.2.2	Despesas com Correios	44,43
2.2.3	Energia Elétrica	1.620,48
2.2.4	Honorários Advocátcios	15.448,96
2.2.5	Honorários Contábeis	6.050,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	0,00
2.2.7	Serviços Gráficos	0,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.055,81
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.725,42
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	1.109,84
2.2.11	Vigilância e Segurança	715,93
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.673,24
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	1.623,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.489,37
Total R\$		40.049,85

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	10.954,38
2.3.2	Despesas com Táxi	732,96
2.3.3	Despesas com Coral	3.789,70
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	2.200,81
2.3.5	Diárias de Viagens	5.334,30
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.664,87
2.3.7	Lanches e Refeições	5.051,32
2.3.8	Sextart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	5.950,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	1.844,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	6.633,60
2.3.13	Choro da Praça	0,00
2.3.14	Passagens Aéreas e Terrestres	630,99
2.3.15	Gêneros de Alimentação e Copa	10.787,49
2.3.16	Despesas com manutenção Sede Campestre	16.391,20
2.3.17	Hospedagens Hotéis	3.886,34
2.3.18	Material de expediente	1.885,72
2.3.19	Outras despesas diversas	7.303,74
2.3.20	Manutenção e Conservação	14.484,99
2.3.21	Homenagens e Condecorações	350,00
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Jataí	7.141,25
2.3.23	Despesas com Sede Adm. Catalão	3.350,87
2.3.24	Despesas com Sede Adm. Cidade de Goiás	1.194,95
2.3.25	Despesa com manifestações	2.420,00
2.3.26	Cópias e autenticações	0,00
2.3.27	Eventos Sd. Adm. Jataí	20.950,00
2.3.28	Eventos Sd. Adm. Catalão	4.706,30
2.3.29	Eventos Sd. Adm. Cidade de Goiás	0,00
2.3.30	Despesa com cerimônia de Posse	0,00
2.3.31	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.32	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.33	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.34	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		139.639,78

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	20.482,64
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	7.705,72
Total R\$		28.188,36

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	5.848,00
2.5.3	Proifes Federação	31.151,27
Total R\$		36.999,27

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	669.279,42
3 Resultado do exercício 12.2025 (1-2)	237.806,10

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	2.346,84
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		2.346,84

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	165.110,00
Total R\$		165.110,00

Total Geral dos Investimentos R\$	167.456,84
5 Resultado Geral do exercício 12.2025 (3-4)	70.349,26

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.





Contexto

Movimento sindical, articulação docente, conjuntura política, carreira, jurídico, cultura.

POR GLÁUCIA CARIELO

DERRETENDO

A tentativa de esconder pesquisas desfavoráveis acabou produzindo o efeito contrário. Nem decisões judiciais, nem discursos indignados conseguiram conter o desgaste enfrentado por Flávio Bolsonaro após o caso envolvendo o banqueiro Daniel Vorcaro. Nos bastidores do PL, o clima é de preocupação. Enquanto uma ala aposta que o noticiário será soterrado pela agenda esportiva das próximas semanas, outra já admite que a queda nas pesquisas pode contaminar candidaturas e comprometer a estratégia eleitoral do partido. A política tem dessas ironias: às vezes, o problema não é a pesquisa. É o que ela revela.



A CONTA CHEGOU

Se a primeira reação foi negar o problema, a segunda tem sido procurar uma saída. A equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemora a recuperação registrada nas pesquisas e atribui parte do resultado à associação entre Flávio Bolsonaro, Daniel Vorcaro e as novas tarifas dos Estados Unidos contra produtos brasileiros. O dado que mais chamou atenção no Planalto foi a retomada da liderança entre eleitores independentes. No tabuleiro eleitoral, o desgaste de um lado parece ter virado combustível para o outro.

TOMA LÁ...

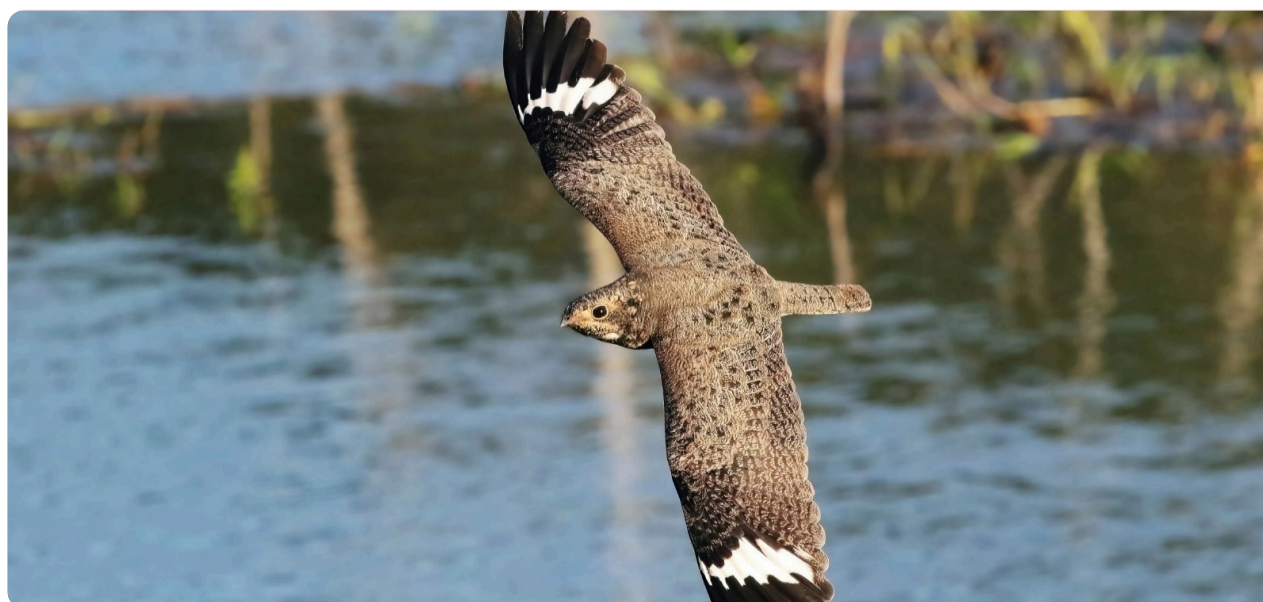
A PEC que acaba com a escala 6x1 foi aprovada na Câmara, mobiliza milhões de trabalhadores e segue travada no Senado. Nos corredores de Brasília, a justificativa é a necessidade de uma conversa entre Davi Alcolumbre e o presidente Lula para definir prioridades. Traduzindo para o português político: um tema de enorme interesse social aguarda liberação na fila das conveniências. Enquanto isso, quem trabalha seis dias para descansar um continua esperando.

... DÁ CÁ

Na Câmara, a lógica não é muito diferente. O presidente Hugo Motta condicionou a votação de um projeto sobre combustíveis à retirada da urgência da proposta que regulamenta a redução da jornada de trabalho. O recado foi direto: ou o governo cede, ou a pauta para. O Congresso segue demonstrando enorme criatividade quando o assunto é transformar direitos trabalhistas em moeda de troca.

ELAS NA CIÊNCIA

Em tempos de cortes, negacionismo e subfinanciamento da pesquisa, a conquista da professora Sumbal Saba, do Instituto de Química da UFG, tem significado que vai muito além da premiação internacional recebida. Ao figurar entre os melhores projetos científicos da América Latina e do Caribe, a pesquisadora reforça o protagonismo das mulheres na produção do conhecimento e lembra que a ciência brasileira continua avançando graças à dedicação de profissionais que insistem em transformar pesquisa em esperança.



CERRADO

A exposição Aves Por Onde Andei está aberta para visitação no foyer do Adufg-Sindicato. A mostra reúne fotografias, pinturas em madeira de demolição e poesias inspiradas na biodiversidade do Cerrado, propondo uma reflexão sobre a preservação ambiental por meio da arte. Com curadoria da professora Tatiana de Sousa Fiuza (ICB-UFG), a exposição integra um projeto de extensão voltado à conscientização sobre a importância do bioma e de sua rica avifauna. A visitação é gratuita, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

FERNANDO LUIZ KRATZ E O LEGADO DA CORAGEM UNIVERSITÁRIA



A concessão do título de Professor Emérito a Fernando Luiz Kratz não só reconhece uma vida acadêmica extraordinária. Trata-se de reconhecer um conjunto de valores que não pode ser relativizado: a defesa da universidade pública, da ciência, da educação e das instituições que tornam uma sociedade mais livre, mais justa, mais crítica e mais consciente de si mesma.

Homenageamos, portanto, não apenas uma trajetória singular, mas também uma ideia: a de que a universidade não é feita apenas de prédios, normas, cargos, relatórios ou estatísticas. Uma universidade é feita de pessoas, de coragem, de inteligência, de compromisso, de memória e, sobretudo, de gente que, em tempos fáceis ou difíceis, escolhe construir em vez de recuar.

Foi isso que o professor Fernando Luiz Kratz fez ao longo de toda a sua vida acadêmica. Não foi apenas docente, pesquisador, gestor ou fundador de estruturas e programas. Foi, acima de tudo, uma presença institucional. Cargos podem ser ocupados por muitas pessoas. Funções podem ser exercidas por muitas pessoas. Títulos podem ser acumulados por muitas pessoas. Mas ajudar a construir uma instituição no seu sentido mais profundo, moral, intelectual e histórico, isso é para poucas trajetórias. Tenho convicção de que Fernando Luiz Kratz é uma delas.

Quando a repressão se impôs, quando a universidade foi ferida, quando se tentou dobrar a inteligência pelo medo e submeter o pensamento à força, o professor Fernando Kratz fez uma escolha. Não escolheu a conveniência, nem a omissão, nem a confortável neutralidade de quem observa a história à distância. Escolheu a dignidade, a solidariedade, a permanência ao lado dos colegas e o preço da coerência.

Naquele tempo, os ataques à universidade eram diretos, brutais e explícitos. Vinham com repressão, vigilância, perseguição política e a tentativa de intimidar corpos, silenciar vozes e controlar consciências. Hoje, vivemos outro tempo. Mas não devemos, nem podemos ser ingênuos.

Os métodos mudaram, mas a intenção de enfraquecer a universidade, a ciência e a educação permanece presente em nossa sociedade. Hoje, os ataques muitas vezes não vêm acompanhados de tanques, vêm com narrativas. Não vêm com a violência ostensiva

dos quartéis. Vêm com a desinformação organizada. Não vêm acompanhados de atos institucionais de exceção. Vêm com discursos que buscam desacreditar a universidade pública perante a sociedade.

Vêm com a tentativa de diminuir a importância da ciência. Vêm com a banalização do conhecimento. Vêm com o desprezo pela educação. Vêm com o ataque constante às instituições de ensino superior. Vêm com o esforço persistente de corroer a credibilidade daquilo que é essencial a qualquer projeto sério de nação.

É exatamente por isso que a trajetória do professor Fernando Kratz é tão atual em nossos dias. Ela nos lembra de que cada geração é chamada a defender a universidade à sua maneira. Ontem, foi preciso enfrentar a repressão aberta. Hoje, é preciso enfrentar o negacionismo, o obscurantismo e a desinformação.

Mas a resposta, em seu núcleo moral, precisa ser a mesma dada pelo professor Kratz: coragem. Coragem para defender a verdade. Coragem para defender a ciência. Coragem para defender a educação pública. Coragem para defender a universidade como espaço de liberdade intelectual, de mobilidade social, de pensamento crítico e de compromisso com o futuro.

Quando penso no professor Fernando Kratz, a primeira imagem que me vem à memória não é apenas a do intelectual brilhante. Não é apenas a do professor que ajudou a criar os institutos de ciências básicas. Não é apenas a da liderança que participou da reforma universitária, da elaboração do Estatuto da UFG, da construção do Campus Samambaia, da criação da pós-graduação e da consolidação de estruturas decisivas para esta universidade.

A primeira imagem que me vem à memória é a do professor Fernando Kratz já aposentado, mas presente nas assembleias do sindicato. Presente, atento e firme. Participando das discussões. Lutando por melhores condições para a carreira. Lutando por direitos. Lutando por esta universidade. Lutando para que aquilo que foi construído com tanto esforço não fosse naturalizado, nem precarizado, nem perdido.

Essa imagem diz muito. Diz que, para algumas pessoas, a universidade foi apenas um local de trabalho. Para outras, foi um compromisso de vida. Diz que, para algumas

pessoas, a aposentadoria encerra o vínculo funcional. Para outras, jamais se encerram a responsabilidade moral perante a instituição que ajudaram a construir. Diz, ainda, que há trajetórias cuja grandeza não está apenas no currículo que deixaram, mas também no exemplo que continuam a oferecer.

Sua contribuição para a Universidade Federal de Goiás foi ampla e decisiva. Participou da reforma universitária de 1968. Coordenou a elaboração do novo Estatuto da UFG. Atuou como sub-reitor nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Acompanhou o surgimento do Campus Samambaia. Esteve entre as pessoas que pensaram e consolidaram o Instituto de Ciências Biológicas. Teve papel decisivo na criação dos cursos de graduação e, mais tarde, na estruturação da pós-graduação, incluindo o Programa de Pós-Graduação em Biologia. Participou da criação da FUNAPE. Formou estudantes. Fortaleceu colegas. Ofereceu, com rigor e generosidade, suporte metodológico, estatístico e intelectual a inúmeros projetos.

Talvez o aspecto mais admirável de sua trajetória seja este: nunca tratou suas contribuições como patrimônio pessoal. Nunca confundiu protagonismo com grandeza. Nunca confundiu visibilidade com importância. Nunca confundiu carreira com vaidade.

Compreendeu algo essencial que, em tempos de tanto ruído, precisamos reaprender com urgência: esta instituição é uma obra coletiva. Ela não se ergue pela força de um nome isolado. Ela se ergue pela reunião de inteligências, compromissos, trabalho persistente, afetos institucionais e lutas compartilhadas.

Precisamos de memória para não sermos frágeis. Precisamos de coragem para não sermos cúmplices. Precisamos de exemplos para não nos perdermos. E é exatamente isso que o professor Fernando Luiz Kratz nos oferece: um exemplo.

Exemplo de integridade. Exemplo de compromisso público. Exemplo de coragem institucional. Exemplo de fidelidade à universidade pública brasileira. Exemplo de quem compreendeu que ensinar, pesquisar, gerir e lutar não são tarefas separadas quando se tem verdadeira consciência do papel histórico de uma instituição.

E, ao agradecer, também assumimos uma responsabilidade: a de não sermos menores do que o legado que recebemos. A responsabilidade de defender a universidade pública com a mesma firmeza. A responsabilidade de proteger a ciência com a mesma lucidez. A responsabilidade de sustentar a educação com a mesma coragem.

Seu exemplo permanece. Seu legado permanece. E a marca de sua vida permanecerá nesta universidade, na memória desta instituição e na consciência de todos aqueles que sabem que a educação, a ciência e a liberdade jamais sobrevivem sem coragem.

Gustavo Pedrino

Professor Titular/Diretor do Instituto de Ciências Biológicas da UFG

ADUFG CONSOLIDA PROTAGONISMO E AMPLIA ESPAÇO PARA DEBATES NACIONAIS SOBRE CULTURA, TRABALHO E DEMOCRACIA

Ao sediar a etapa Centro-Oeste do Fórum Brasil Criativo, entidade reforça seu papel como espaço de discussão de temas estratégicos para o País

Rafael Vaz

Mais do que um espaço de representação sindical, o Adufg-Sindicato tem se consolidado como um importante palco para discussões estratégicas sobre os rumos do país. A entidade passou a receber eventos de alcance nacional que reúnem autoridades, pesquisadores, gestores públicos, representantes de movimentos sociais e especialistas para debater temas relacionados à educação, cultura, trabalho, democracia e desenvolvimento.

O exemplo mais recente foi a realização, nos dias 5 e 6 de maio, da edição Centro-Oeste do Fórum Brasil Criativo, iniciativa do Ministério da Cultura. O encontro reuniu diversas autoridades, lideranças e trabalhadores do setor cultural para discutir políticas públicas, qualificação profissional e estratégias de fortalecimento da economia criativa brasileira.

Ao sediar uma das etapas do circuito nacional promovido pelo Ministério da Cultura, o Adufg se tornou palco de debates que irão subsidiar a construção da Política Nacional de Economia Criativa. A proposta do fórum foi ouvir agentes culturais, instituições de ensino, gestores e trabalhadores do setor para contribuir com a formulação de diretrizes voltadas ao desenvolvimento da economia criativa no país.

Na abertura do evento, a presidenta do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis, destacou que a discussão dialoga diretamente com a trajetória da entidade na defesa da educação pública, da cultura e da valorização do trabalho intelectual e criativo.

“O Adufg acredita que a cultura ocupa um lugar central na construção de um Brasil mais justo, democrático e inclusivo. Nossa atuação cotidiana, com o apoio e a promoção de eventos culturais, exposições, música e artes, é prova disso. Defender a cultura é também defender a educação pública, a ciência, a liberdade de expressão



e a própria democracia”, afirmou.

A secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura, Cláudia Leitão, ressaltou a importância estratégica da região Centro-Oeste para o fortalecimento do setor e defendeu o reconhecimento dos profissionais da cultura como trabalhadores fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do País.

“Nós estamos falando das pessoas que fazem a produção cultural. Existe trabalho e, portanto, existem trabalhadores que precisam ter seus direitos reconhecidos. Estamos falando de PIB, de desenvolvimento e de economia. Precisamos compreender que a economia criativa também é um caminho para reduzir desigualdades”, destacou.

As discussões também contaram com a participação da professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) Flávia Cruvinel, que abordou o papel das universidades na formação de profissionais e na construção de políticas públicas para a cultura.

“A gente vê com muita alegria essa iniciativa da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura de vir a Goiânia e, representando o Centro-Oeste, fazer essa escuta no nosso território”, afirmou.

ESPAÇO PARA O DEBATE NACIONAL

A realização do Fórum Brasil Criativo reforça um movimento que vem se consolidando nos últimos anos: a transformação do Adufg em um espaço permanente para debates sobre temas centrais da agenda nacional.

Somente neste ano, a entidade recebeu uma plenária com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, em um encontro voltado ao diálogo sobre participação social e democracia. Em 2025, o sindicato também sediou um debate com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que discutiu os impactos e os desafios relacionados ao fim da escala 6x1, tema que hoje ocupa o centro das discussões trabalhistas no país.

Ao reunir representantes do Governo Federal, universidades, movimentos sociais e diferentes segmentos da sociedade civil, o Adufg amplia seu papel para além da defesa dos docentes do ensino superior. A entidade se firma, cada vez mais, como um espaço de construção coletiva, reflexão crítica e formulação de propostas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas e da democracia brasileira.

A realização do Fórum Brasil Criativo é mais um capítulo dessa trajetória. Ao abrir suas portas para discussões sobre cultura, economia criativa e desenvolvimento, o sindicato reafirma seu compromisso histórico com a educação, a produção de conhecimento e a construção de um país mais democrático, inclusivo e socialmente justo.

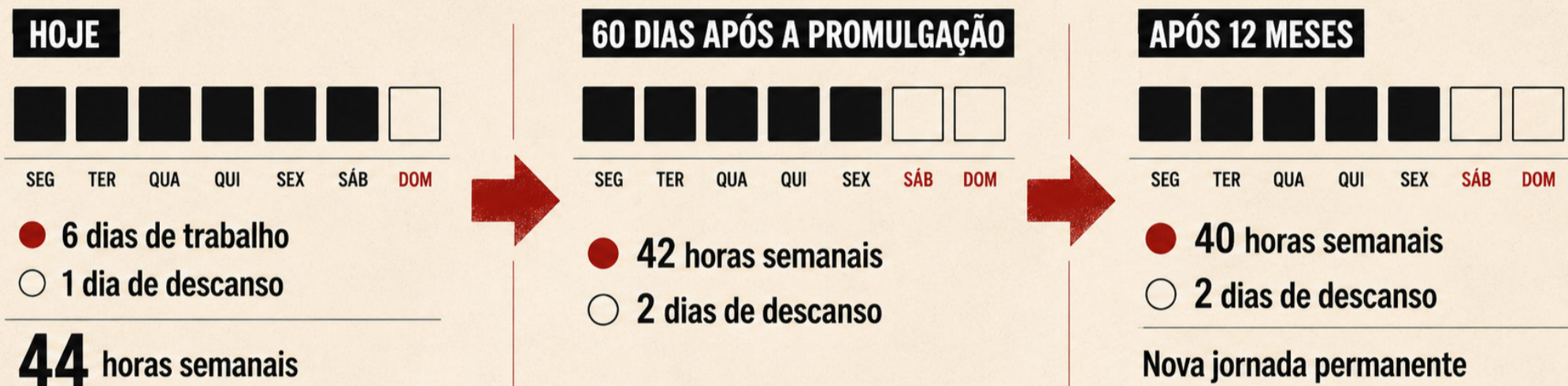


FIM DA ESCALA 6X1 MOBILIZA TRABALHADORES E AMPLIA PRESSÃO SOBRE O SENADO

Após aprovação na Câmara dos Deputados, proposta que reduz a jornada de trabalho chega ao Senado em meio a uma das maiores mobilizações trabalhistas dos últimos anos

Kássia Xavier

COMO FICA A JORNADA



37 MILHÕES

de trabalhadores podem ser beneficiados



49 VOTOS

serão necessários no Senado

Abolir a escravidão, instituir salário-mínimo, férias remuneradas, 13º salário, entre outros direitos conquistados pelos trabalhadores sofreram represália da esfera econômica quando foram apresentados e votados no Brasil sob argumento de que eles iriam quebrar o País. Nada disso, de fato, ocorreu. Mas a narrativa se repete a cada novo levante da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, e a pauta em represália hoje é o fim da jornada de trabalho 6x1.

Apesar de parecer uma grande ruptura no modo de trabalho, em 1988, a Constituição brasileira reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais e não houve registros de perdas econômicas no país. E a CLT seguiu firme e forte buscando suas melhorias e aprimoramentos ao longo dos anos.

O foco da pauta atual é o fim da jornada de trabalho que funciona num regime de 6 dias de trabalho e 1 dia de folga, respeitando o limite atual de 44 horas semanais. Nas últimas atualizações, o governo e a presidência da Câmara chegaram a um acordo para estabelecer uma regra de transição na redução da jornada de trabalho.

A proposta prevê que, 60 dias após a promulgação da nova emenda, a carga horária máxima passe a ser de 42 horas semanais, com direito a dois dias de descanso remunerado por semana. Após 12 meses dessa primeira etapa, o limite será reduzido definitivamente para 40 horas semanais.

TRAMITAÇÃO

Após meses de negociações e debates na Câmara dos Deputados, a PEC 221/19 foi aprovada em Plenário. No primeiro turno de votação, a proposta recebeu 472 votos favoráveis e 22 contrários. Já no segundo turno, foram 461 votos a favor e 19 contra. Nenhum deputado de Goiás votou contra a medida.

O projeto seguiu agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Para avançar, a matéria precisará ser aprovada em dois turnos por, no mínimo, 49 senadores.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 3 em cada 10 trabalhadores com carteira assinada no Brasil hoje cumprem a escala 6x1, o que indica que, caso aprovada, a proposta beneficiará, pelo menos, 37 milhões de pessoas diretamente.

O objetivo principal dessa redução é proporcionar mais tempo de descanso, convivência familiar e qualificação profissional, além de combater a exaustão física e mental e reduzir doenças e afastamentos trabalhistas.

O QUE MUDA NA PRÁTICA

O fim da escala 6x1 altera o formato de contratação e não o de funcionamento da empresa. Esse formato propõe a contratação de equipe de forma escalonada, em que todos trabalham na escala 5x2 e revezam folgas mantendo a quantidade de pessoas na empresa para sustentar a operação em

funcionamento e garantir sua produtividade.

Em entrevista sobre o assunto, o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Goiás (CUT-GO) e diretor financeiro do Adufg-Sindicato, professor Flávio Silva, afirmou que a proposta tende a aumentar o número de empregos formais para garantir produtividade, o que apesar de gerar custo para o empregador, gera também o equilíbrio entre mercado e consumidor, com o trabalhador tendo mais poder de compra para girar a economia durante seus dias de descanso, como a exemplo dos supermercados e shoppings.

“Eu acredito que vai aumentar o número de empregos, organizando escala vai ser necessário contratar mais”, disse.

Bancos, serviço público, escritórios e agências já funcionam na escala 5x2 e operam de forma escalonada, mantendo produtividade e equilíbrio operacional.

A PRESSÃO PELA MUDANÇA

O debate tomou a mídia e as ruas, e apesar de ser uma iniciativa que visa o bem-estar da maior parte da população, a proposta está cada vez mais polarizada como uma pauta da esquerda contra a direita, com governo versus oposição e todos os olhos voltados para o período eleitoral que se aproxima.

Para Flávio, a falta de informação e a desinformação que vêm sendo disseminadas são os principais fatores dessa polari-

zação e o papel da sociedade é o combate ativo pela verdade dos fatos.

“A gente não pode desistir de ninguém, cabe ao governo, aos parlamentares, às entidades sindicais, a todos que defendem o fim dessa escala, ajudarem essa divulgação, esclarecendo os fatos, os benefícios, então a gente tem que continuar informando todo mundo que o fim da escala 6x1 vai ser favorável a todos”, pontuou.

Para o presidente do Proifes-Federação, professor Wellington Duarte, o trabalhador precisa ter tempo para descansar e viver plenamente. Ele analisa que são quase 67 milhões de trabalhadores CLT no Brasil que precisam de mudanças no modo de trabalho para cuidarem de si, de suas famílias, seus estudos e sua saúde.

Apesar da federação representar servidores públicos que não trabalham na escala 6x1, o professor defende que os pais de alunos e até alunos podem estar nessa escala.

“A defesa da nossa federação é a defesa de todo o trabalhador, até porque essas pessoas precisam estar bem e disponíveis para serem formadas, tanto os alunos quanto os pais, para cuidarem de suas famílias”, afirma Wellington.

Segundo o professor Flávio, o trabalhador que tem descanso, trabalha mais motivado.

“Se ele trabalhar mais descansado, motivado, ele vai render muito mais, se ele rende muito mais, a empresa vai ganhar muito mais. Tem países que já adotam a escala quatro por três e a economia não parou, só cresceu”, declara.

O cenário internacional também é promissor e serve de exemplo na defesa da pauta como uma tendência global de saúde pública que começa na transformação do mercado de trabalho através de uma mudança cultural profunda.

Em 1998, o governo francês aprovou a redução da jornada de trabalho para 35 horas por semana para as empresas com mais de 20 funcionários. De acordo com estudos publicados na BBC, a redução na França teve impactos positivos, desde a redução do desemprego, melhoria na qualidade de vida e também levou a um aumento de produtividade.

O Brasil já foi objeto de estudo sobre o assunto em 2024, com o projeto da ONG “4 Day Week” que implantou a jornada 4x3 em 22 empresas e ao final da avaliação 46,2% delas continuaram com jornada reduzida como implementada nos testes e com resultados positivos tanto nos profissionais quanto no financeiro da empresa.

A professora Geovana Reis, presidenta do Adufg-Sindicato, também acredita que essa é uma jornada que impossibilita o trabalhador de ter uma vida fora do trabalho, principalmente quando olhamos para as trabalhadoras dessa escala, considerando que no Brasil, na maioria dos lares, a mulher é responsável pelo trabalho doméstico, de cuidar dos seus companheiros, dos seus familiares e dos filhos.

“O Adufg, assim como a maioria dos sindicatos de trabalhadores do Brasil, tem feito ações e atividades a favor do projeto que acaba com a jornada 6x1 porque o

CENÁRIO INTERNACIONAL

O QUE MOSTRAM OS EXEMPLOS INTERNACIONAIS



REINO UNIDO

Teste com empresas: semana de 4 dias (modelo 100-80-100: mesmo salário, menos horas, mesma produtividade)

Redução de 71% no burnout dos trabalhadores



JAPÃO

Modelo testado em empresas: jornada 4x3

Aumento de 40% na produtividade



EUA

Testes recentes (2023+) em empresas privadas: semana de 4 dias

97% das empresas quiseram continuar



Especialistas afirmam:

- ✓ Reduzir a jornada não quebra a economia
- ✓ Melhora a saúde e diminui índices de afastamentos trabalhistas
- ✓ Pode até aumentar receitas das empresas

Fontes: Relatórios oficiais dos governos, estudos acadêmicos e relatórios de empresas participantes dos testes.

trabalhador, e principalmente para a trabalhadora, para as mulheres que trabalham a jornada 6x1, ela é desumanizadora e exaustiva”, declarou.

Para Geovana, a categoria docente, que não atua na escala 6x1, é um exemplo de jornada produtiva e bem-sucedida que pode somar forças a essa luta através da mobilização e da defesa da pauta, que precisa ser mais difundida e esclarecida para todos para aumentar a pressão popular sobre o Poder Legislativo.

“É importante que a gente se mobilize,

porque tem setores que não defendem os trabalhadores. É muito importante que nos unamos nessa pauta, ainda que não nos atinja diretamente, nos atinge de forma indireta e nos coloca com o compromisso da solidariedade entre os trabalhadores”, reforça.

Para além de uma luta dos trabalhadores, o fim da escala 6x1 é uma luta por uma conquista social e, mesmo que existam riscos, que estão sendo ponderados e estudados para serem minimizados ao máximo, é necessário considerar os testes e análises que comprovam não só o bom funcionamento de uma nova política trabalhista no Brasil e no mundo, mas também o avanço da economia com bem-estar social.

A REAÇÃO NO SENADO

Entretanto, o debate no Senado Federal está só começando. Em contraponto ao fim da escala 6x1, senadores de oposição articularam a PEC 12/26, que, segundo seu autor, tem como objetivo modernizar as relações de trabalho, permitindo que jornada e escala sejam definidas por acordo individual entre empregado e empregador, por convenção coletiva, por meio da chamada “livre pactuação contratual direta”.

Críticos da medida argumentam que a proposta pode enfraquecer mecanismos de proteção aos trabalhadores, reduzir o alcance da negociação coletiva e abrir espaço para formas mais precarizadas de contratação, como a pejetização e o aumento da informalidade.

O debate sobre o futuro das relações de trabalho no Brasil permanece em curso. Nesse cenário, a participação e o acompanhamento da sociedade seguem fundamentais para a defesa dos direitos já conquistados e para a construção de novos avanços nas condições de trabalho.



“Se o trabalhador puder trabalhar mais descansado e motivado, terá um rendimento muito melhor. E isso reflete inclusive no desempenho da empresa, que também ganhará muito mais.

Flávio Silva

Presidente da CUT-GO
Diretor Financeiro do Adufg-Sindicato



A escala 6x1 é desumana. Trata-se de uma jornada que impossibilita o trabalhador e a trabalhadora de terem uma vida fora do trabalho.

GEOVANA REIS

Presidenta do Adufg-Sindicato



A defesa da nossa federação é a defesa de todo o trabalhador, até porque essas pessoas precisam estar bem e disponíveis para serem formadas.

WELLINGTON DUARTE

Presidente do Proifes

PROFESSORAS DE ENFERMAGEM TRANSFORMAM PESQUISA SOBRE MENOPAUSA EM *E-BOOK* EDUCATIVO

Cristiane José Borges e Marise Ramos de Souza coordenaram 10 alunas na elaboração do material digital, voltado à orientação e ao acolhimento de mulheres nessa fase da vida.

Kássia Xavier

Em Jataí, um grupo de estudos transformou dúvidas e crenças sobre a menopausa em conhecimento acessível. Desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial (PET) de Enfermagem da Universidade Federal de Jataí (UFJ), o projeto resultou em um e-book elaborado sob a tutoria das professoras Cristiane José Borges e Marise Ramos de Souza, reunindo estudos e análises sobre as principais lacunas de informação enfrentadas pelas mulheres.

CONTEXTO

O grupo foi formado em 2024 com o propósito de estudar o climatério, identificar as principais queixas e compreender o nível de conhecimento das mulheres sobre o assunto. Segundo as duas professoras, o processo teve início a partir da experiência prática, na vivência no SUS e na atenção primária, onde puderam observar que muitas mulheres nesse período de transição para a menopausa ficavam desassistidas.

A situação gerou inquietações e reflexões sobre o tema. “Nós observamos que essa é uma lacuna na formação dos profissionais. E com isso, eu e a Marise coordenamos o Programa de Educação Tutorial sobre o assunto e, com base nessas observações, resolvemos realizar esse projeto de extensão”, conta Cristiane.

A partir dessa análise, surgiu a iniciativa de levar o tema para as escolas e, no ano seguinte, para assentamentos, por meio de programas da UFJ desenvolvidos em parceria com outros cursos. Após esse contato com o público, iniciou-se a estruturação de um material que reunisse todas as lições e experiências coletadas.

E assim nasceu o e-book Rumo à Menopausa: O que é importante saber?, um



material educativo que visa acolher e informar mulheres acerca das mudanças que ocorrem no corpo e na vida durante essa fase. Para as docentes, a saúde da mulher costuma receber maior atenção em períodos reprodutivos, como o pré-natal. Quando ela passa para a fase não reprodutiva, porém, a falta de assistência pode gerar angústias, inseguranças e até mesmo um sentimento de desvalorização.

“As mulheres com quem estamos trabalhando vivem essas angústias e, muitas vezes, não são atendidas pelos profissionais de saúde. Então, nós quisemos mostrar aos profissionais de enfermagem que é necessário abordar essa temática, que é necessário olhar para essa mulher também nesse período. Até o termo climatério vem do grego e significa ponto crítico. A mulher precisa ser acompanhada nessa fase”, declara Cristiane.

A partir daí, Marise coordenou a parte prática em campo, com rodas de conversa

e encontros entre as mulheres e as alunas do projeto, enquanto a professora Cristiane iniciou o trabalho teórico com o grupo, buscando os conteúdos necessários para atender essa demanda.

Ao avaliar os resultados da iniciativa, as professoras afirmam que o sentimento é de alegria e reconhecimento. “Além de atendermos em consultório, trabalharmos em campo e compreendermos a visão científica, nós somos duas mulheres na menopausa. Vivemos essa experiência em nossas próprias vidas. Então, as nossas necessidades também vieram à tona durante todo o processo de construção do projeto”, declara Marise.

IMPACTOS

Para além do ambiente acadêmico, o projeto ganhou um importante alcance social durante sua execução. A informação passou a atuar no combate ao preconceito e aos tabus que ainda cercam a menopausa, e levar conhecimento sobre o assunto às mulheres tornou-se uma forma de fortalecê-las para falar sobre suas próprias vivências com mais segurança e propriedade.

E a luta não para por aí. A cartilha foi uma etapa importante, mas o PET Enfermagem segue desenvolvendo ações voltadas ao climatério. Com o material concluído, a ideia agora é buscar novas formas de alcançar ainda mais mulheres e preencher essas lacunas em diferentes espaços, como consultórios, unidades básicas de saúde, salas de aula e outros ambientes.

O Adufg-Sindicato abraçou a iniciativa e recebeu o lançamento da cartilha em um evento realizado na sede de Jataí, com a presença das autoras e convidados. O objetivo foi ampliar o debate sobre o tema e levar informação, acolhimento e a produção científica da universidade pública à comunidade. A cartilha está disponível gratuitamente e pode ser acessada no site do PET Enfermagem. Basta entrar na aba “Publicações” e selecionar a opção “Manuais”.



PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO GANHAM DESTAQUE NACIONAL COM PESQUISA SOBRE TERRAS RARAS

Trabalho de André Carlos Silva e Elenice Schons busca fortalecer a cadeia produtiva de minerais estratégicos e ampliar a soberania brasileira no setor

João Pedro Santos

Os professores e coordenadores do Centro de Pesquisa em Processamento Mineral da Universidade Federal de Catalão (CPMin/UFCAT), André Carlos Silva e Elenice Schons, tiveram seu trabalho apresentado em rede nacional pelo jornal Bom Dia Brasil, da Rede Globo. A pesquisa busca agregar valor à cadeia produtiva das terras raras por meio do desenvolvimento de tecnologias capazes de fortalecer a soberania nacional.

As terras raras são um grupo de 17 elementos químicos essenciais para tecnologias modernas. Em Minaçu, no norte de Goiás, está localizada a Mina de Serra Verde, única operação comercial de extração de terras raras em larga escala do Brasil. Segundo dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), o país possui a segunda maior reserva mundial de minerais críticos, atrás apenas da China.

Atualmente, a matéria-prima extraída no Brasil é enviada ao exterior para processamento. Os óxidos produzidos são utilizados na fabricação de ímãs permanentes e em setores estratégicos, como defesa, energia, indústria nuclear e aeroespacial. Nesse cenário, as pesquisas desenvolvidas pelo CPMIn/UFCAT buscam ampliar a capacidade nacional de processamento e separação desses minerais.

SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO

Para Elenice Schons, o debate sobre minerais estratégicos é fundamental para que a sociedade compreenda a importância da mineração no cotidiano.

“Em tudo há mineração, desde o creme dental até o celular. Atualmente, o que se tem discutido e buscado são alternativas para a realização da transição energética, além da segurança alimentar. Nesse sentido, o debate tem trazido visibilidade e possibilidade de investimentos para pesquisa na cadeia produtiva das terras raras”, afirma.

A pesquisadora destaca que ainda existem desafios tecnológicos importantes.

“O processo para sair do minério e chegar aos elementos de terras raras é complexo e caro. Poucos países detêm a tecnologia necessária para isso. Dessa forma, o Brasil deve debater e buscar parcerias para avançar nesse desenvolvimento, atraindo investimentos e oportunidades para o país”, diz.

André Carlos Silva ressalta que a soberania mineral depende do fortalecimento de toda a cadeia produtiva.

“Para termos soberania sobre as nossas terras raras, temos que passar não só pela descoberta dos depósitos, mas também pelo



desenvolvimento de uma cadeia produtiva competitiva e realizada de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”, argumenta.

PESQUISAS E AVANÇOS

O CPMIn/UFCAT desenvolve projetos que vão da iniciação científica ao pós-doutorado. Entre as pesquisas estão a concentração de terras raras, o processamento de minério de titânio a partir de rejeitos de nióbio, a recuperação de ouro em rejeitos de mineração e o desenvolvimento de reagentes para flotação.

Segundo André, os estudos já apresentam resultados expressivos.

“As pesquisas que estamos desenvolvendo permitiram elevar os teores de elementos de terras raras de 0,08% no minério para 25% no concentrado”, destaca.

O centro também realiza a caracterização completa de minérios e produtos em parceria com laboratórios como o CRTI e o LabMIC, da UFG.

Elenice reforça a complexidade necessária para transformar recursos minerais em produtos de alto valor agregado.

“Um ponto importante a destacar é que minério não é concentrado; concentrado não é óxido de terras raras; e óxidos não são elementos de terras raras. A ocorrência de um bem mineral em determinado local não pressupõe que ele se tornará algo comercializável”, explica.

CAMINHOS PARA O FUTURO

Para avançar na independência da produção de minerais críticos, o Brasil precisará ampliar investimentos em pesquisa, mineração, processamento mineral e hidro-

metalurgia.

“Não é tanto um problema de maquinário, mas sim de processo. A China desenvolve tecnologia para seus depósitos desde a década de 1980 e, para nos equiparmos a eles, precisaremos de algo em torno de dez anos, isso com grandes investimentos”, afirma André.

A recente aprovação do PL 2780/2024, que criou a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, é vista como uma oportunidade para impulsionar o setor.

“O Brasil pode, e deve, ampliar os investimentos também em pesquisa mineral, a fim de conhecer melhor seus depósitos e transformá-los em reservas minerais. Há muitos grupos de pesquisa no país qualificados para atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva das terras raras. Mas o processo requer recursos financeiros para ser viabilizado”, conclui Elenice.



VII ENCONTRO NACIONAL DO GT DE APOSENTADOS FORTALECE DEBATE SOBRE DIREITOS, PARTICIPAÇÃO SINDICAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Evento reuniu docentes de diversas regiões do País para debater direitos previdenciários, participação sindical, educação financeira, inteligência artificial e combate à desinformação

Rafael Vaz

“Enfrentamos uma batalha permanente pela preservação dos direitos dos aposentados e estamos lutando para evitar novos retrocessos.” A declaração do presidente do Proifes-Federação, Wellington Duarte, resumiu o tom dos debates realizados durante o VII Encontro Nacional do Grupo de Trabalho (GT) de Aposentados, promovido nos dias 14 e 15 de maio, na sede do Adufg-Sindicato, em Goiânia. O evento reuniu representantes de entidades federadas de diversas regiões do País para discutir temas que impactam diretamente a vida dos docentes aposentados, desde questões previdenciárias e sindicais até os desafios impostos pelas novas tecnologias e pela desinformação.

A programação foi marcada por reflexões sobre a defesa dos direitos dos aposentados em um cenário de constantes mudanças legislativas. Durante a abertura, a presidenta do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis, destacou que a aposentadoria não significa afastamento da vida coletiva e política.

“Esse encontro é a afirmação de que a aposentadoria não representa o afastamento de uma vida coletiva e nem muito menos da participação política. “É com muita felicidade que a gente vê esse auditório cheio de pessoas que trouxeram as suas universidades até o momento atual”, afirmou.

Um dos principais debates do encontro tratou das propostas em tramitação no Congresso Nacional que podem impactar aposentados e pensionistas do serviço público. A assessora jurídica do Proifes-Federação, Andreia Munemassa, apresentou um panorama histórico das mudanças ocorridas na legislação previdenciária e alertou para a

necessidade de acompanhamento constante das discussões políticas.

“Tudo isso tem ligação direta com a política, o que significa dizer que, a qualquer momento, o governo pode mudar a forma de composição da categoria”, destacou.

A relação entre política e preservação de direitos também foi ressaltada pelo ex-presidente do Adufg-Sindicato e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Geci Silva, que chamou atenção para a importância de eleger representantes comprometidos com a defesa do serviço público.

“Devemos exercer nosso direito de voto verificando se, na trajetória do postulante, existe compromisso com o serviço público e respeito aos aposentados e servidores”, alertou.

Representando o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert apresentou atualizações sobre a mobilização em torno da PEC 555 e comemorou o apoio obtido junto ao Congresso Nacional. “Fomos desafiados a provar que temos força, e provamos. Isso já é um feito muito importante”, afirmou.

Além da pauta política, o encontro abriu espaço para discussões sobre os impactos das novas tecnologias na sociedade. Em mesa dedicada à educação continuada e ao combate à desinformação, o professor Iwens Gervásio apresentou reflexões sobre o poder das plataformas digitais e o uso de dados pessoais pelas grandes empresas de tecnologia. “Hoje, falando de tecnologia, celular, computador e inteligência artificial, a base de tudo são os dados. E quem tem os dados, tem o poder”, ressaltou.



A jornalista Cileide Alves, do jornal O Popular, também alertou para os riscos do uso crescente da inteligência artificial na produção e disseminação de conteúdos falsos, especialmente em períodos eleitorais. Durante sua exposição, ela defendeu o fortalecimento da educação midiática e a regulamentação das plataformas digitais como instrumentos importantes para enfrentar a desinformação e proteger a qualidade do debate público.

A programação também abordou temas ligados à qualidade de vida e à segurança dos aposentados. Em palestra sobre planejamento financeiro, a planejadora financeira Rosângela Nunes destacou a importância da organização das finanças para a realização de projetos pessoais e para enfrentar situações inesperadas. Ela também reforçou a necessidade de criar uma reserva de emergência.

Na sequência, o assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, apresentou orientações para prevenção de golpes virtuais e situações de exploração financeira envolvendo idosos. Segundo ele, os criminosos costumam utilizar mecanismos de manipulação psicológica para obter dinheiro ou informações das vítimas. “Eles querem gerar um falso senso de urgência para impedir que a vítima valide as informações”, alertou.

O encerramento do encontro foi marcado por um debate sobre os desafios de ampliar a participação sindical dos aposentados e aproximar as novas gerações de docentes das entidades representativas. Representantes de sindicatos de diferentes estados compartilharam experiências e estratégias de mobilização.



A MUDANÇA DA ESCALA 6X1 PARA 5X2: UM SINGELO AVANÇO QUE DEVE SER APROFUNDADO PARA AS MULHERES

Beatriz Pereira Miranda

Louise Marie Parrião de Campos

Advogadas e integrantes da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato



O debate público político insiste em não fazer algumas perguntas e as propostas legislativas sobre a escala de trabalho 6x1 que movimenta o Congresso Nacional e o debate nacional, segue sem resposta para pergunta que distingue desiguais nos gêneros, sem o devido apontamento que indique para quem essa escala é mais pesada?

O cenário legislativo mais recente torna essa omissão ainda mais grave. A deputada Erika Hilton, em post que se tornou viral em suas redes sociais, tornou público que 176 deputados assinam a proposta que tenta não só impedir o fim da escala 6x1 até 2036, como ainda quer criar uma jornada de 52 horas semanais. E entre esses votos, há mulheres subscrevendo, sendo que este dado não é apenas um mero detalhe.

Trata-se de um sintoma de uma estrutura que opera com tal naturalidade que até mesmo aquelas, por ela mais prejudicadas que já possam ter sido com a manutenção do modelo, chegam a reproduzi-lo.

Nem sempre por má-fé, mas porque as responsabilidades que as mulheres assumem, mesmo que indiretamente, inconscientemente ou culturalmente predefinidas, raramente aparecem como variável relevante em qualquer proposta legislativa.

O direito internacional do trabalho tem nome para o que acontece com as mulheres nessa escala, chamada discriminação indireta, e ocorre quando uma norma formalmente neutra produz efeitos sistematicamente desproporcionais sobre um grupo específico. Nesses casos, não é necessária a intenção discriminatória, para sua configuração, apenas, análise do impacto.

Ainda que o Brasil já tenha compromissos com a proteção do mercado de trabalho da mulher, em específico pelo art. 7º, inciso XX, da Constituição Federal e pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a CEDAW, ratificada pelo Brasil em 1984, é preciso ir muito além.

O impacto na vida das mulheres está escancarado e estudos de estatísticas que investigam questões de gênero realizado

pelo IBGE em 2022, apontam indicadores sociais de que as mulheres no Brasil dedicam em média quase o dobro do tempo dos homens ao trabalho doméstico e ao cuidado não remunerado, esse valor é ainda maior no recorte de mulheres pretas ou pardas. Submeter alguém que já tem o deslocamento, o labor, e ainda os cuidados com casa e família a uma jornada que ignora toda essa realidade não é apenas injusto, é uma violação constitucional naturalizada e aceita, ainda mais em um cenário que a jornada real dessas trabalhadoras nunca foi 6x1, pois vivem com terceiros e quarto turnos em suas residências.

O setor do comércio, majoritariamente com sua base operacional ligada ao gênero feminino, é um dos mais atingidos pela escala 6x1, porque são mulheres que vendem, que atendem, que organizam e fazem as atividades do dia-a-dia deste setor, e que voltam para casa para cuidar da manutenção dos lares e da família.

No Brasil temos milhões de mães solo, sem rede de apoio, sem com quem dividir esse terceiro e quarto turnos “invisíveis”, mas que é somente invisível legislativamente e pela conveniência de um sistema que não foi feito ou pensado para elas, ainda

que todos saibam deste contexto. Para essas mulheres, cada dia a menos de jornada não é conforto, é dignidade e sobrevivência.

Propor a ampliação para 52 horas semanais nesse contexto, em que já não existe direito ao tempo e ao estimado direito ao lazer, não é política trabalhista, é o aprofundamento deliberado de uma desigualdade estrutural que inevitavelmente impacta todos, mas impacta, ainda mais, nós mulheres.

A legislação citada neste texto impõe ao Estado não apenas a abstenção de práticas discriminatórias, mas a obrigação ativa de corrigir os efeitos de discriminações já instaladas. Essa discriminação não é nova, é estrutural, está instalada há décadas, considerando o recorte trabalhista com a instituição da CLT, produzindo efeito desigual de forma silenciosa, ou não, mas definitivamente contínua. O movimento legislativo atual, ao propor sua manutenção e ampliação, não apenas ignora essa obrigação, como contraria de forma explícita toda principiologia do texto da carta magna.

O tempo “livre”, ainda que neste discreto movimento de ampliação da jornada 6x1 para 5x2 não é luxo, é uma condição para o exercício de direitos fundamentais de cidadania, como saúde, educação, participação política e vida familiar. Esse apagamento majoritariamente feminino não é acidente, é arbitrário e, enquanto essa escolha não for nomeada como problema jurídico e político, qualquer reforma trabalhista que vier será modernização superficial sobre uma estrutura que permanece intacta e deve ser frontalmente alterada, para que as mulheres não sigam trabalhando, como sempre, em dobro.

“Para essas mulheres, cada dia a menos de jornada não é conforto, é dignidade e sobrevivência.”



PROFESSOR, PESQUISADOR E SOBREVIVENTE DA DITADURA

Horieste Gomes transformou a experiência da prisão, do exílio e da vida acadêmica em uma trajetória marcada pela produção de conhecimento e pela esperança

João Pedro Santos

Esperança é o sentimento que mais se faz presente na trajetória extensa do professor aposentado de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), Horieste Gomes. Com 92 anos de idade, meio século de carreira, mais de 30 livros publicados e tendo passado por diversos momentos tensos, como sua prisão em 1972 e subsequente exílio, é admirável ver Horieste olhando para o futuro como a mesma pessoa que, quando criança, foi pressionado pelos irmãos a surrupiar mangas da vizinha italiana em Orlândia, no estado de São Paulo.

Horieste chegou a Goiânia em dezembro de 1939, aos cinco anos de idade. Foi na capital que acompanhou as transformações da cidade em seus primeiros anos e também passou a torcer para o Atlético Goianiense. “Lembro de ter ido ao jogo em que o Atlético foi campeão contra o Goiânia na final do primeiro Campeonato Goiano, em 1944”, conta.

Ao longo das décadas seguintes, sua trajetória se cruzaria com alguns dos principais acontecimentos políticos e sociais do país. Essas experiências contribuíram para a formação de seu pensamento político, levando-o a se aproximar dos ideais comunistas ainda nos anos 1950 e, posteriormente, a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Formado pelo Colégio Lyceu de Goiânia, a primeira pretensão de Horieste era ser médico, mas foi forçado a desistir pelas poucas condições financeiras de sua família e pela falta de uma faculdade de medicina em Goiânia na época. “Como segunda opção, veio aquilo que eu gostava mais: História”, relata.

Com isso, ingressou na Faculdade de Filosofia de Goiás, atual PUC Goiás. Após terminar o bacharelado e a licenciatura, chegou à Geografia, sua área de expertise e assunto de seus primeiros livros. Nas décadas seguintes, Horieste se consolidou como uma das referências da Geografia em Goiás, contribuindo para a formação de gerações de estudantes e pesquisadores.



tentei ficar à frente, para oferecer um ensino e pesquisa que correspondessem aos elementos verdadeiros necessários para formar bons profissionais. Era uma responsabilidade social enviar a verdade para os meus alunos”, diz. A leitura constante, nesse aspecto, foi fundamental, e é um hábito que ele mantém até os dias de hoje.

Entre seu tempo na PUC Goiás e na UFG, Horieste presenciou a criação de diversas unidades acadêmicas. Na Católica, ajudou a modernizar o curso de Geografia. Na Federal, foi um dos idealizadores do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), embrião do curso de Geografia, além de participar da estruturação do Departamento de Geografia do Instituto de Química e Geociências (IQG) - que deu origem ao Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) - e do então Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL).

Um dos primeiros espaços de divulgação de suas reflexões foi o jornal 4º Poder, o qual teve apenas dois anos de circulação antes de ser encerrado pela ditadura militar, em 1964. O docente contribuiu com mais de 20 textos ao periódico, muitos dos quais formariam a base de seu primeiro livro, Introdução à Geografia de Goiás: A Terra, publicado em 1966.

DITADURA

Com o golpe de 1964, houve uma evolução dos movimentos estudantil e intelectual, e Horieste, juntamente com outros docentes,

assinou um Manifesto dos Professores de Goiás contra a ditadura militar. “Nele, nós advogamos pela causa de ter uma universidade livre, um ensino de qualidade. Queríamos trabalhar uma realidade concreta com este documento e criar um modelo de universidade de cunho próprio do Brasil, não importado”, conta.

O corpo docente da UFG foi dividido entre dois grupos, e as ciências humanas, como Geografia e Filosofia, não eram vistas com bons olhos durante a ditadura, que buscava despolitizar a juventude. “Havia olheiros lá dentro, até nos banheiros”, lembra.

Em 1972, Horieste foi preso pela ditadura e passou por três prisões em Goiânia e Brasília, relato escrito em detalhes no livro Cella 14: militância, prisão e liberdade, publicado em 2009. “Um pequeno pedaço de arame e um pedacinho de papel jornal encontrados debaixo de uma das camas, contendo um anúncio de venda de imóvel, preenchiam o passar das horas”, escreveu.

Em novembro de 1975, recebeu asilo político na Suécia, onde iniciou seu doutorado. No entanto, o processo foi interrompido pela sanção da Lei da Anistia, em 1979, que levou ao seu retorno ao Brasil.

Para Horieste, alguns resquícios desse período difícil podem ser observados em episódios recentes da história nacional. “Se o golpe, apoiado por tantos militares de alta patente, tivesse dado certo, ele daria início a uma nova ditadura militar. Na época, representou um verdadeiro perigo, do ponto de vista da liberdade e da verdadeira democracia que desejamos construir”, avalia.

DEMOCRACIA

Para Horieste, vivemos em uma democracia em construção. “Na minha opinião, não temos ainda um Estado Democrático de Direito, porque uma verdadeira democracia só se concretiza quando se tem soberania”, aponta. A população está começando a se organizar, mas o processo histórico é lento e gradativo.

Segundo Horieste, o comunista é um político cheio de esperança. “Nós sempre desejamos um mundo melhor, que aprenda com o passado, aproveite o presente e transforme o futuro em uma utopia. Mas, para fazermos essa transformação, a história nos ensina que algo do tipo não acontece da noite para o dia”, diz.

Para ele, a esperança é uma chama acesa permanente, que precisa ser cuidada para ser mantida e, aos 92 anos, compreende que esse processo pode não se concretizar durante sua vida. “Felizmente, muito embora sejam minoria, há bons políticos, responsáveis e comprometidos, que batalham para a construção de um Brasil melhor, tanto em relação aos recursos naturais quanto da sociedade brasileira como um todo”, escreveu na introdução de Cella 14.



O hábito da leitura ajudou Horieste a estar à frente dos livros didáticos durante seu tempo como professor

DOCÊNCIA

Como professor, a trajetória de Horieste estava sempre alinhada à ampliação do próprio conhecimento. “Nunca fiquei preso ao que os livros didáticos ensinavam. Sempre